

RESOLUÇÃO Nº 028/2022
(Publicada no Diário Oficial de 25/02/2022)

Concede os benefícios do Diferimento do ICMS às Cooperativas a seguir enumeradas.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, e alterações e considerando o que consta dos processos SEI nºs 035.7401.2022.0001541-43, 1542-24, 1544-96, 1540-62, 1539-29, 1536-86 e 1526-12,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Cooperativa dos Cajucultores Familiares do Nordeste da Bahia - REDE COOPERACAJU, CNPJ nº 07.986.759/0001-34 e IE nº 068.914.466NO; Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia - CPC, CNPJ nº 15.269.185/0001-01 e IE nº 100.566.525NO; Cooperativa Mista dos Produtores de Mandioca e Derivados da Região do Rio Gavião e Serra Geral - COOPERMAN, CNPJ nº 08.097.284/0001-98 e IE nº 072.379.484NO; Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia, CNPJ nº 09.438.514/0001-06 e IE nº 077.424.306NO; Cooperativa dos Mandiocultores de São Desidério - COOMASD, CNPJ nº 12.389.153/0001-51 e IE nº 089.708.305NO; Cooperativa Mista Agropecuária para o Desenvolvimento Autosustentável da Agricultura Familiar Ltda. - COOMADAC, CNPJ nº 04.174.956/0001-60 e IE nº 054.335.785NO; Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina - COOPES, CNPJ nº 07.587.853/0001-10 e IE nº 067.841.070NO; Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia - COOPALM, CNPJ nº 07.158.412/0001-01 e IE nº 065.575.907NO e Cooperativa Mista de Produção, Aquisição e Serviço do Estado da Bahia - COOPERSERTÃO, CNPJ nº 24.990.315/0001-91 e IE nº 133.316.968NO, o benefício do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, nos termos do inciso XXV e §§ 13, 14 e 15, do art. 286 do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780/2012, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado a partir de 1º de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 22 de fevereiro de 2022.

141ª Reunião Ordinária do Probahia

NELSON SOUZA LEAL
Presidente